

FRONTEIRA AGRÁRIA E DIVERSIDADE (MICRO)TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: O PDS ESPERANÇA, ANAPU-PA

Dérick Lima GOMES¹
Fabiano Oliveira BRINGEL²

Resumo

Pensar a fronteira agrária amazônica é inferir simultaneamente acerca dos conflitos e conflitualidades que emergiram com sua ocupação diferenciada e seletiva no decorrer dos anos. A partir de tal contexto, nossa pesquisa tem o objetivo de analisar como o avanço da fronteira na região contribui para a alteração nas territorialidades de uma comunidade camponesa, assentada por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, município de Anapu, localizado na região conhecida como Terra do Meio no Estado do Pará. A metodologia do trabalho esteve pautada no levantamento bibliográfico e documental referente à temática, assim como na realização do trabalho de campo. Para entendimento das problemáticas atuais, constatou-se vital considerar o caráter ambiental da fronteira agrária, bem como os conflitos internos de apropriação do território no PDS.

Palavras-chave: Território; Campesinato; Fronteira.

FRONTIERE AGRAIRE ET DIVERSITÉ (MICRO)TERRITORIAL DANS L'AMAZONIE: LE PDS ESPERANÇA, ANAPU-PA

Résumé

Penser à la frontière agraire amazonienne est inférer simultanément sur les conflits et conflictualités qui ont émergé avec son occupation différenciée et sélective au cours des années. Dans ce contexte, notre recherche a pour objectif analyser comment l'avance de la frontière dans la région contribue au changement dans les territorialités d'une communauté paysanne, bénéficiaire par le Projet de – réforme agraire et – Développement Durable (PDS) Esperança, comté de Anapu, située dans la région connue comme « Terra do Meio » dans l'État du Pará. La méthodologie de travail a été guidé dans le matériel bibliographique et documentaire sur le thème, ainsi que la réalisation du travail de terrain. Pour comprendre les problèmes actuels, il était vital considérer le caractère environnemental de la frontière agraire et les conflits internes de appropriation du territoire dans le PDS.

Mots-clés: Territoire; Paysannat; Frontière.

AGRARIAN FRONTIER AND (MICRO)TERRITORIAL DIVERSITY IN THE AMAZON: THE PDS ESPERANÇA, ANAPU-PA

Abstract

Think about the amazon agrarian frontier is infer simultaneously about conflicts that emerged from its differentiated and selective occupation over the years. From such context, our research aims analyze how the expansion of the frontier in the region contributes to the change the territoriality of a peasant community, beneficiary of a land reform project, more specifically the PDS (Sustainable Development Project) Esperança, municipality of Anapu, located in the region known as “Middle Earth” in Pará State. The work methodology was guided in bibliographical and documentation survey about the theme, as well as the execution of fieldwork. To understand the current problems, it was found vital consider the environmental character of the agrarian frontier, such as, the internal conflicts of the territory PDS appropriation.

Keywords: Territory; Peasantry; Frontier.

¹ Graduado em Geografia (UEPA). Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável NCADR/UFPA. e-mail: dericklima16@hotmail.com

² Doutor em Geografia pela UFPE. Docente do curso de Geografia UEPA. e-mail: fabianobringel@gmail.com

A pesquisa que resulta de um projeto elaborado ainda na graduação³, foi realizada também a partir de discussões feitas no grupo de pesquisa da UEPA Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTCA), encontrando-se em estado avançado. Possui como hipótese principal a ideia de que: a fronteira amazônica permanece aberta, com mobilidades e fluxos constantes, alterando de forma diversa as territorialidades e resistências camponesas existentes nessa região.

Entendemos “territorialidades” como processos sociais de territorialização, por meio de grupos com lógicas de apropriação espaciais distintas e deste modo, por vezes, conflitantes (PORTO-GONÇALVES, 2006). Ressalta-se ainda o fato de que em um mesmo território, existem comumente múltiplas territorialidades, que no sudoeste paraense e no PDS Esperança tornaram-se mais complexas devido à sucessão de lógicas externas impostas à Amazônia e a consequente mobilidade espaço-ocupacional dos seus moradores.

Por isto, decidimos também, a partir de uma abordagem geográfica, elencar dois conceitos principais: Fronteira (BECKER, 1988; MARTINS, 2009; LOCATEL, 2006) e Território (GOTTMANN, 2012; HAESBAERT, 2009). No primeiro tópico, abordou-se o avanço da fronteira amazônica principalmente pós-golpe militar de 1964 e a consequente migração camponesa à região e ao Pará. No segundo momento, evidenciamos a nova configuração regional mediante a pressão ambiental internacional e a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS). Por último, analisamos as formas de conflitos entre grupos diferenciados dentro do próprio assentamento e em quais aspectos eles baseiam sua territorialidade.

A metodologia do trabalho esteve pautada no levantamento bibliográfico e documental referente à temática, assim como na realização dos trabalhos de campo, onde efetuamos o registro fotográfico da área de estudo e entrevistas (abertas e semiestruturadas) com assentados e representantes da prefeitura de Anapu. Além disto, contamos com a elaboração de mapas de localização de forma a situar ao leitor nosso lócus de estudo.

³ Título do Projeto: “Fronteiras Agrárias e Processos de Territorialização do Campesinato na Amazônia – uma análise comparativa de Projetos de Assentamento no Sudeste e Sudoeste do Pará”. Orientação do Professor Dr. Fabiano Oliveira BRINGEL.

FRONTEIRA AGRÁRIA AMAZÔNICA E MIGRAÇÃO CAMPONESA

Prioridade máxima pós-golpe militar de 1964, a região amazônica deteve posição-chave frente às questões econômicas e geopolíticas de ordem externa e interna deste período, como: tentativa de solucionar os problemas de tensão social do nordeste, apropriação da região de modo “integrado” à continuidade do centro dinâmico do sudeste, a partir de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido.

Já na lógica externa, a questão da segurança fora bem ressaltada a partir da suposta vulnerabilidade da região quanto à organização de focos revolucionários e a necessidade de assegurar a soberania nacional em relação à exploração dos recursos da Amazônia sul-americana; além do objetivo de projeção continental do Brasil em termos de exportação de manufaturados por meio da iniciativa de um programa de desenvolvimento integrado Pan-Amazônico (BECKER, 1991).

Construção histórico-social de um imaginário que se perpetua até nossos dias, em resumo, a Amazônia há tempos tem sido tomada como um todo homogêneo, fonte de recursos naturais a ser apropriado junto aos interesses do todo nacional, simultaneamente inserida no contexto econômico da divisão internacional⁴. Este imaginário exógeno à região, efetuado de maneira vertical, muito mais *sobre a região* do que *da região* de fato, acabou – e acaba – por influenciar em análises superficiais da mesma, desconsiderando toda a sua complexidade, pois, como bem sintetizou Porto-Gonçalves (2012) a Amazônia é, sobretudo, diversidade: de povos, saberes, práticas, territórios e territorialidades.

Segundo Castro (1999), a heterogeneidade presente na região amazônica não é apenas a do meio geográfico, mas de sujeitos sociais variados, havendo a coexistência de trabalhadores assalariados – principalmente a partir da década de 1970 – e trabalhadores não necessariamente proletarizados, como, por exemplo, um *campesinato polivalente*, composto por agricultores, agroextrativistas, seringueiros, pescadores, coletores, caçadores, garimpeiros, castanheiros, quebradeiras de coco, entre outros, onde não raramente, essas atividades se mesclam. Essas territorialidades são resultado, sobretudo, das diferentes temporalidades que a fronteira amazônica possui. Vê-se, portanto, que, sob o discurso de “integrar para não entregar”, diversos foram os incentivos subsidiados pelo Estado à assimilação da região.

⁴ As economias das drogas do sertão e da borracha exemplificaram bem esta importância amazônica em períodos distintos, ver Porto-Gonçalves (2012).

Até meados de 1960, a fronteira se caracterizara principalmente como uma *frente de expansão* (MARTINS, 2009), resumidamente falando, aquela em que há a migração relativamente espontânea para o Estado do Pará, em busca de terras para o cultivo, ou extração da borracha, do caucho e castanha no sudeste paraense (EMMI, 1987). Naquele momento, a fase do capitalismo existente fora predominantemente comercial, pois, as relações de troca dificilmente eram mediadas pelo dinheiro ou assalariamento – como o sistema semelhante ao de aviamento que predominou nos castanhais (HÉBETTE & ACEVEDO MARIN, 2004b). Assim:

A “frente de expansão” é a dos camponeses e posseiros. É definida como faixa intermediária entre a fronteira demográfica (grupos tribais) e a econômica (frente pioneira capitalista), cujas terras livres são ocupadas pelos posseiros para prover a sua subsistência e reprodução através do trabalho familiar; é identificada pela ausência da propriedade privada da terra (Martins, 1975), uma vez que a terra não é por eles concebida como apropriada em si mesma nem como mercadoria, e sim como instrumento de trabalho (BECKER, 1988, p. 64).

A diferenciação proposta por Martins (1975, apud BECKER, 1988) entre “frente de expansão” e “frente pioneira”, torna-se de extrema importância. Após a tentativa de “integração” da região amazônica ao território nacional (planejada e subsidiada pelo poder estatal), novas territorialidades e temporalidades emergiram, pois, dentro de um mesmo espaço, além dos sujeitos já aqui estabelecidos, outros surgiram, caracterizando a frente pioneira, tais como: colonização dirigida, empreendimentos agrícolas, novos fazendeiros, empresas mineradoras, construção de hidrelétricas, entre outros. Por este mesmo motivo, para Martins (2009, p. 133. Grifos do autor) a fronteira é

essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular [...] um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visão de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história.

Este desencontro de temporalidades é também influenciado pela “colonização espontânea”. Cabe aqui desmitificar esse termo, pois, a colonização dirigida, subsidiada diretamente pelo Estado, trouxe consigo a influência direta de uma ocupação paralela à oficial (HÉBBETE & ACEVEDO MARIN, 2004a). Assim, a propaganda promulgada *sobre* a Amazônia como fonte de recursos inesgotáveis, de “terras sem homens para homens sem terra”, potencializou o sonho de camponeses de outros lugares do Brasil a adquirirem um lote agrícola.

[...] Camponeses, então, munidos do sonho de conquista da terra liberta (MUSUMECI, 1988) emigram e se deparam com um ambiente relativamente desfavorável para a sua reprodução, portanto, para a sua reterritorialização. No entanto, existiam brechas para a sua reinvenção. Criando, na marra, seus espaços de sobrevivência esses agricultores camponeses, através da sua organização começaram a abrir, no/a front(eira), seus territórios até então perdidos no seu lugar de origem e, agora, não só reinventam seus novos espaços como também reinventam a si mesmos, forjando-se no interior da fronteira em um novo campesinato (BRINGEL & GONÇALVES, 2014, p. 391).

Os camponeses então, influenciados pelo mito da terra liberta, emigraram e se depararam com um ambiente não muito favorável à sua reprodução, visto que, a concentração fundiária mediada pelo Estado e pelos empreendimentos capitalistas já se tornara acentuado neste espaço. Contudo, ainda que a violência seja um aspecto constante no processo de ocupação das áreas de fronteira (LOCATEL, 2006), o campesinato insiste em se reproduzir e territorializar-se para manter seu modo de vida específico, recriando-se a partir das contradições intrínsecas do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1995) ⁵.

Assim, pensar a fronteira amazônica é pensar simultaneamente os conflitos e conflitualidades que emergiram a partir da sua ocupação diferenciada e seletiva no decorrer dos anos. Focalizando-se o contexto aqui apresentado, nosso estudo tem o objetivo de analisar como o avanço da fronteira na Amazônia paraense contribui para a alteração nas territorialidades do assentamento PDS esperança, localizado no município de Anapu.

A hipótese principal é que a fronteira Amazônica permanece aberta, com mobilidades e fluxos constantes, alterando de forma diversa as territorialidades e resistências camponesas existentes na região. A análise que segue pretende demonstrar como isso acontece em nosso recorte espacial de pesquisa. Antes, contextualizar-se-á de maneira breve a criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS) à atual questão ambiental mundial.

A “AMBIENTALIZAÇÃO” DA FRONTEIRA AGRÁRIA AMAZÔNICA

Diante à conjuntura mundial acerca da degradação ambiental e seus efeitos negativos à vida humana, atualmente muitas das soluções frente a esta temática apresentam a proposta⁶ de

⁵ “[O] desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção [...] é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalista e não-capitalistas combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento” (OLIVEIRA, 1995, p. 11).

⁶ Esta lógica privatista ganha força quando se percebe que, apesar da imensa necessidade de financiamento à conservação da natureza e da biodiversidade, os cofres públicos ou estão vazios em vários países, ou a questão ambiental se torna secundária devido à crescente contingência apresentada por outras demandas de cunho sociais, tais como educação, moradia e, sobretudo, o “desenvolvimento” das nações (FATHEUER, 2014).

mercantilização da natureza. A utilização econômica da natureza ou dos recursos naturais, porém, não é recente. O que é há de novo, neste sentido, é a argumentação de que, somente a partir do lucro e das leis do mercado, poderá se alcançar a tão almejada conservação (FATHEUER, 2014).

Uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço (POLANY, 2000, p. 89-90).

Problematizar com cuidado tal questão evidencia-se essencial, uma vez que, em um período técnico-científico informacional cada vez mais globalizado, a transformação de mercadorias fictícias (POLANY, 2000) em commodities, costuma seguir a lógica onde os comandos das ações são cada vez mais estranhos aos fins dos próprios homens e do lugar de sua aplicação (SANTOS, 2012).

Este fato torna-se mais complexo quando percebemos a Amazônia e sua atual importância para o mundo (seja ela real ou/e inventada). Em um contexto de valorização do caráter ambiental da região – devido às pressões nacionais e mundiais –, a necessidade da conservação da biodiversidade constitui um dos principais pilares do discurso de desenvolvimento sustentável mundial, uma vez que,

[...] a grande diversidade de formas de vida é uma condição necessária para a vida no planeta. Ao disseminar o conceito de “biodiversidade”, destaca-se que a diversidade de espécies não pode ser vista separadamente da diversidade genética e dos ecossistemas – e é por isso que “a diversidade das espécies” não é um sinônimo adequado. Assim, a conservação da natureza tornou-se fundamentada em uma lógica muito mais eficaz. No entanto, isto significa que a conservação da natureza não pode ser abordada em termos de preservação de algumas espécies populares de forma isolada; deve conservar os habitats e os ecossistemas (FATHEUER, 2014, p.23).

Neste sentido e a partir das análises dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), Nahum (2012) argumenta que são nessas políticas oficiais do Estado que percebemos de maneira clara as mudanças de ações, (re)funcionalizações e reinvenções da região, sempre inserida em um todo que transcende sua própria escala. No primeiro PDA (1972-75), por exemplo, almejou-se a região como uma fronteira agrícola a ser ocupada a qualquer custo, sem haver a inclusão do custo ambiental neste modelo de ordenamento. Sucede-se como foco para o segundo PDA (1975-79) a Amazônia como uma fronteira agromineral, e mais recentemente, resultado do vetor tecno-ecológico resultante das pressões supranacionais

(BECKER, 1991), “como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA-1992-95 e PDA-1994-97” (NAHUM, 2012, p. 2).

A lógica de apropriação da natureza atribuída à criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável estudado pode ser entendida a partir do último PDA (1994-97) citado, pois, a sua construção seguindo esta modalidade de assentamento está intimamente ligada à elevada taxa de desmatamento do sudoeste paraense, influenciada pelo próprio Estado Brasileiro em ações anteriores, como norteamento do I PDA (1972-75), baseado na ocupação agrícola desenfreada e subsidiária do avanço da frente pioneira na região.

Assim, os Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis instituídos a partir da Portaria/INCRA/P N° 477, de 04 de novembro de 1999, foram destinados ao desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas às populações que baseiam sua sobrevivência no extrativismo, na agricultura camponesa e outras atividades de baixo impacto ambiental. Logo, almeja-se integrar reforma agrária ao fator básico de conservação dos biomas brasileiros e da floresta amazônica, em particular (INCRA, 1999).

Além dos fatores supracitados, a criação deste tipo particular de assentamento também leva em consideração:

[...] que a manutenção da atividade extrativista tradicional e o apoio às populações que a desenvolvem são fatores determinantes para a conservação da biodiversidade. [...] *que a legalização das terras que as populações extrativistas tradicionalmente habitam deve vir acompanhada de uma política para a economia extrativista que viabilize suas atividades e que permita a estas populações produzir, comercializar sua produção e, em consequência, continuar habitando e defendendo a floresta;* [...] que as florestas brasileiras demandam um programa de reforma agrária que respeite as formas tradicionais de ocupação e produção. (INCRA, 1999, p. 1. Grifos nossos).

O trecho destacado na citação da portaria de criação do projeto auxiliará na discussão acerca de como “ser população extrativista tradicional” e da região, é utilizado como fator de diferenciação por quem defende as regras de manejo sustentáveis do PDS, e quem as vê como limitações às suas práticas básicas de sobrevivência, como a agricultura e a retirada da madeira⁷. Com isso, abordaremos as di-visões acerca da apropriação da natureza e consequentemente, do território.

⁷ Na definição oficial do Estado, esses povos e comunidades tradicionais são tidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. (INCRA, 2010, p. 3).

O PDS ESPERANÇA E SUAS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

Em um contexto no qual os camponeses de Anapu viam imensas terras públicas, com consentimento do Estado, serem apropriadas por meio do mecanismo da grilagem que expulsava populações originais e degradava o meio ambiente, os movimentos sociais da região em 1994 apresentaram ao INCRA inicialmente uma proposta de criação de duas Unidades de Conservação, uma de cada lado da rodovia, como alternativa às ações predatórias que estavam acontecendo (BRINGEL & GONÇALVES, 2014). Após um longo período de tramite e impasses entre INCRA e Governo Estadual⁸, em 2002, foram instalados no Município de Anapu dois PDS denominados Viróla-Jatobá e Esperança.

O PDS é uma modalidade de assentamento que associa a agricultura com práticas extrativistas. Por este motivo resguarda algumas limitações quanto ao seu uso, como a proibição da retirada de madeira sem o plano de manejo, caso contrário, o assentado estará sujeito à desapropriação do seu lote agrícola. Este aspecto ajuda a entender a conflitualidade quanto às opiniões divergentes também entre os próprios assentados, no qual alguns defendem a retirada individual da madeira (estes fortemente influenciados pela igreja evangélica Assembleia de Deus dentro do PDS) e outro grupo, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), prefere a sua conservação e/ou sua retirada a partir do manejo coletivo.

Como neste caso, em que diversos fatores (econômicos, culturais, políticos e ambientais) estão envolvidos na escolha dos sujeitos quanto à atividade madeireira e outras ações, também é nossa opção teórica quanto à construção epistemológica referente ao assunto, com a escolha do conceito de território, mais especificamente na “abordagem integradora”⁹ de Rogério Haesbaert, para quem o ato de territorializar-se

[...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2012, p. 97).

Realizadas estas considerações, analisaremos dois aspectos que estão fortemente implicados na maneira que os camponeses desse assentamento territorializam-se: a) a disputa

⁸ Para informações mais aprofundadas sobre este assunto e a influência da luta de Dorothy Stang na conformação do PDS e seu consequente assassinato, consultar Bringel e Gonçalves (2014).

⁹ Haesbaert (2012), ao se contrapor aos estudos que privilegiam apenas uma dimensão do território, propõe o que denomina de uma “abordagem integradora” deste conceito, ou seja, que levem em consideração as dimensões políticas, econômicas, culturais e suas relações.

política interna e sua relação com os sujeitos na área; b) a dimensão ambiental desta conflitualidade.

Quanto à disputa política, a situação de discordâncias tornou-se mais tensa quando o processo eleitoral para o Governo do Estado do Pará (2006) e para o Município de Anapu (2008) foi vencido pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Bringel e Gonçalves (2014, p. 399):

Na sua articulação para a composição de forças tanto municipal quanto estadual, esta organização política obteve apoio de históricos fazendeiros que grila terras, retira madeira ilegalmente e é um dos suspeitos de presidir o consórcio para matar a Irmã Dorothy Stang. Esse processo rebateu na aliança também histórica entre PT e CPT na região. O resultado Interno no PDS foi o “racha” de sua Associação formando duas entidades que disputam a hegemonia política. Uma liderada pelo PT. E outra, formada a partir de então, liderada pela CPT que fundou uma coordenação do PDS.

Esta disputa política interna acaba por influenciar diretamente na dimensão ambiental do conflito, pois, um dos motivos principais do “racha” entre a associação e o novo grupo que se formou ligado à CPT (denominado Associação Agroecológica dos Trabalhadores Rurais da Comunidade de Santo Antônio do PDS), reside na retirada de madeira do lote para a sua comercialização. O Entrevistado 1, antigo líder da associação oficial e agora representante do grupo oposto (Associação Agroecológica), relata como se deu essa divisão:

A pressão pela madeira, na época foi quando estourou a... porque a gente “tava” recebendo muita...eu era... eu, a Girassol, a gente, a Rosa¹⁰, a gente era tudo da mesma coordenação, e a gente recebia muita proposta, muita pressão dos madeireiros, oferta de dinheiro pra poder vir entregar madeira e convencer os agricultores a vender a madeira, facilitar a entrada deles, então a gente não concordou e aí rachou, teve uma turma que [...] deram esse golpe, tomaram a associação e logo em seguida já veio a invasão dos madeireiros aí começaram a invadir, roubar madeira da reserva e ameaçar o pessoal que não concordava com a venda da madeira, eles entravam... o PDS, ele não tem delimitação de... ele tem uma delimitação, um limite de respeito né? Não tem parcela, não tem parcelamento. (Entrevistado 1, entrevista realizada em julho de 2013).

Após o ocorrido as tensões continuaram, implicando diretamente na maneira como os assentados se territorializam, concebem a natureza e dela se apropriam segundo suas necessidades (HAESBAERT, 2012). Neste contexto, como ressaltado antes, um dos principais impasses é referente à extração de madeira dos lotes agrícolas. Os que defendem a retirada da madeira sem o devido plano de manejo são fortemente influenciados pela Igreja Evangélica e a associação dentro do PDS. O grupo que se formou ligado à Comissão Pastoral

¹⁰ Os codinomes (Girassol e Rosa) foram utilizados com o objetivo de preservar a identidade das pessoas citadas.

da Terra e à Igreja Católica, porém, prefere a sua conservação ou a retirada com o devido auxílio do manejo florestal.

Utilizaremos, para exemplificar, dois trechos de entrevistas de representantes dos grupos diferentes, que demonstram essa dualidade quanto à apropriação deste recurso: o Entrevistado 2, ligado à associação e um dos líderes da assembleia de Deus no assentamento, e o Entrevistado 1, cuja posição política já foi descrita anteriormente.

Primeiramente o seguinte, hoje, a gente não entendeu... eu me lembro que quando o desembargador falou pra gente que, foi criado num ritmo, depois as leis chegou em cima e tomou a gente de susto né... tomou a gente de susto as leis essa lei, alguém *chegou de uma forma pra trabalhar de uma forma e de repente a coisa mudou né*, eu não sabia qual era o projeto aqui, eu não conhecia esse projeto, eu vim de Marabá, eu não conhecia o projeto. [...]. *Também foi a época que começou a começar a vender madeira e a gente não pode vender porque houve proibição, então foi um pouco difícil né*. (Entrevistado 2, entrevista realizada em julho de 2013. Grifos nossos).

Nascido no Maranhão e com estadias anteriores em outros municípios paraenses, o relato do Entrevistado 2 demonstra certo desconhecimento quanto às regras de uso do PDS, pois, chegou-se principalmente para “trabalhar de uma forma” (principalmente a agricultura) e de repente viu-se limitado segundo as normas do assentamento, uma vez que “foi a época que começou a começar a vender madeira e a gente não pôde vender porque houve proibição, então foi um pouco difícil né”, conforme relatou.

Muitas dessas normas estão elencadas no Novo Código Florestal que institui no Art. 12º, por exemplo, que todo imóvel rural deve manter área com cobertura vegetal nativa, a título de reserva legal, a partir de percentuais mínimos em relação à área do imóvel. Na Amazônia legal, nos imóveis situados em área florestal, o percentual estabelecido deve somar 80 % (BRASIL, 2012). Por este motivo, dos 100 hectares de cada lote agrícola do PDS, apenas 20 ha (subtraindo as Áreas de Proteção Permanente) podem ser cultivados.

Devido o contexto de divulgação mundial do assassinato da missionária Dorothy Stang e sua luta para a criação do PDS, ainda hoje, o assentamento possui como forte característica a tentativa de representação de um local de resistência contra as ações externas dos fazendeiros, tal como, um espaço de preservação da floresta. Por este motivo, o controle destes percentuais é um objetivo almejado com mais fôlego em Esperança a partir dos órgãos oficiais como o INCRA e o IBAMA. A guarita (ver a figura 02) como materialização desta vigilância, nos ajuda a compreender a insatisfação de alguns assentados (ligados à associação e à Igreja Assembleia de Deus) que, em alguns relatos, utilizaram o termo “ditadura”,

reclamando o fato da “vida em cativeiro” – não o da terra, mas o ambiental – diante da forte vigilância e punição de acordo com a transgressão das regras citadas.



Figura 02: Guarita para controle de entrada e saída de madeira ilegal no PDS Esperança (Vicinal 01).

Fonte: Autor 2 – trabalho de campo, julho de 2013.

Esse desconhecimento de grande parte dos assentados quanto aos regulamentos do PDS é relatado pelo Entrevistado 1 no próximo trecho, e segundo o mesmo, é causa de grandes divergências de opiniões entre os moradores da comunidade.

Então foi pensado e a gente ia trabalhar as duas coisas, só que a questão do manejo, o pessoal que veio pra cá, veio com intenção, as terras muito boa, veio com intenção de trabalhar na agricultura, né, plantar feijão, plantar banana, plantar cacau, o principal é o cacau e a discussão do manejo gerava muita, muita, muita discussão é, não era um tema bem aceito pelo pessoal, ah de que forma ia ser trabalhado devido a reserva ser coletiva e *o pessoal que veio pra cá, não é o pessoal tradicional, é o pessoal que veio do sul, veio do nordeste, do sudeste de todo o canto do Brasil.* [...] então vieram pra cá com essa mesma intenção, com intenção, devido ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável aí achou que o governo ia sustentar ele né. Não, era sustentar a floresta (risos). (Entrevistado 1, entrevista realizada em julho de 2013. Grifos nossos).

Este fragmento da entrevista realizada com o Entrevistado 1, reforça as questões do relato do Entrevistado 2, quanto à ideia de vir trabalhar de uma forma e depois se deparar com atividades desconhecidas, resultando este fato na resistência de vários assentados acerca do manejo florestal e da reserva coletiva. Isto é influenciado, segundo o Entrevistado 1, à origem heterogênea da população residente no assentamento, pois não seriam “tradicionalistas” da região, ou seja, não teriam afinidade com este tipo de prática agroecológica.

De acordo ainda com o Entrevistado 1, soma-se a esse fato uma segunda problemática: a rotatividade de pessoas na formação do assentamento, pois o seu grupo

é formado pelos pioneiros entendeu? A gente tem... nós somos os pioneiros. O outro (grupo, agora na associação) já pela falta de informação, não acompanhou o

processo que ocorreu. É a maioria chegou depois de dois mil e dez, então não conhece um pouco da história, e a gente não faz esse trabalho também de, de tá passando por que gera mais desgaste então, a gente tenta mostrar pelo trabalho, a gente vai fazer o nosso trabalho e com um tempo se o pessoal forem né...? (Entrevistado 1, entrevista realizada em julho de 2013).

O trabalho que o Entrevistado 1 refere-se, é o qual o seu grupo, de pioneiros, pretendem dar continuidade: o do projeto inicial do PDS; ou seja, almejam seguir uma prática sustentável. Logo, a sua visão de natureza e sua posterior forma de apropriação, está intimamente ligada à ótica estatal desta mesma ação. Para Porto-Gonçalves (2011), contudo, toda sociedade, grupo ou cultura, cria e reinventa uma determinada ideia do que seja natureza. Assim, o próprio *conceito de natureza não é natural*, uma verdade absoluta, mas criado e instituído pelos homens.

Por este motivo, podemos contrastar a *di-visão* do grupo ligado à associação e à Igreja Evangélica, uma vez que apresentam desejos alternativos às regras oficiais do PDS, por essas limitarem sua sobrevivência, segundo os mesmos. Dessa maneira, a disputa pela forma de apropriação da natureza, seja para a venda da madeira ou ao manejo florestal, é um elemento central do conflito interno do PDS, justamente por se constituir em “[...] um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 23).

Quanto ao tema *natureza*, torna-se válida uma última reflexão:

[...] O estabelecimento de uma outra relação, mais harmônica, dos homens com a natureza [...] vincula-se, ou não, ao estabelecimento da harmonia nas relações dos homens entre si? Em caso negativo, constata-se no mínimo, uma incoerência, pois sendo o homem também natureza, do reino animal, por que não estaríamos submetidos às leis da harmonia entre nós? [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 22).

Sendo o homem a natureza tomando consciência de si mesma, vinculado ao estabelecimento da harmonia também entre os próprios e não só com o meio ambiente, não seria um pressuposto básico do desenvolvimento sustentável o reconhecimento da multiplicidade de noções de cultura e territorialidades dentro de um mesmo espaço? Havendo mesmo a possibilidade de ao invés de alcançar o objetivo proposto pelo projeto, resultar em algo inverso, em um des-envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2011) das populações ali residentes? População esta heterogênea, que pensada a partir de uma visão não essencialista e imutável de cultura, pode modificar seu conceito de natureza de acordo com a contingência, sejam elas culturais, políticas ou econômicas.

A diversidade dos assentados, porém, é resultado da expansão da fronteira estimulada pelo Estado no período pós-1960, que além de influenciar na vinda “espontânea” desses indivíduos ou nas de seus pais, também resultou no conflito e luta pela terra, já que a concentração fundiária subsidiada pelo Estado é ainda hoje um fato nesta região do Pará. Acreditamos que essa variedade de sujeitos, não determina, mas influencia na forma que os indivíduos concebem a apropriação deste território à sua sobrevivência. Ou seja, a maneira que, a partir das mediações espaciais, os mesmo tendem a se territorializarem e proporcionarem efetivo poder à sua reprodução enquanto grupos sociais (HAESBAERT, 2012).

Tabela 1: Migração e Ocupação – PDS Esperança e Palmares II¹¹.

	Quant.	Tipologia (exemplos)
Motivos da migração	9	Terra; garimpo; briga c/ vizinho; remanejamento compulsório; família; doença/saúde; estudo/educação; turismo; melhoria.
Ocupações durante a trajetória de vida	46	Agricultor; doméstica; pedreiro; professor; comerciante; garimpeiro; microscopista; pescador; advogado; motorista; fotógrafo; segurança; carvoeiro; artesão; etc.
Municípios – Migrações (trajetória de vida), e Terra natal dos Pais.	191	Goiânia (GO); União (PI); Brejo Santo (CE); Carolina (MA); Videira (SC); Pirapema (MG); Belém (PA); São Paulo (SP); etc.
Estados - Migrações (trajetória de vida), e Terra natal dos Pais.	21	PR; MA; CE; PI; PA; BA; TO; GO; MG; RS; PE; MT; ES; SE; SP; SC; RO; AP; RN; DF; PB.

Fonte: Trabalhos de campo.

A variedade espacial (191 municípios entre 21 Estados Brasileiros foram citados) e ocupacional dos camponeses (46 formas de trabalho relatadas) dessa região de fronteira é uma das características mais marcantes dos mesmos (GUERRA, 2001)¹², resultado da migração para a região amazônica – e mais especificamente ao Pará – e da mobilidade do trabalho intra-regional, visto que, nem sempre foi possível continuar as atividades na agricultura (ver a Tabela 1), necessitando esse campesinato se recriar de diversas maneiras (HÉBETTE e ACEVEDO MARIN, 2004b), uma delas se assalariando¹³ (WOORTMANN, 1990; SANTOS,

¹¹ A inclusão do Assentamento de Reforma Agrária (PA) Palmares II (localizado em Marabá) aqui, se dá devido nossa coleta de dados se fazerem de maneira conjunta com ambos os assentamentos, visto a pesquisa de iniciação científica anteriormente citada possuir os dois como base empírica. Porém, estes dados servem apenas como ilustração e exemplificação da variedade de ocupação e migração dos sujeitos entrevistados.

¹² “A afirmação da habilidade nos trabalhos do campo e a sua capacidade de diversificação são valores que os identificam entre si frente a outras categorias com marcas de especificidade” (GUERRA, 2001, p. 76).

¹³ Santos (1984) e Woortmann (1990) enfatizam a questão do assalariamento como uma possibilidade de recriação camponesa. Enquanto o primeiro autor trabalha principalmente a funcionalidade de um *trabalho acessório* à economia camponesa, Woortmann ressalta seu caráter simbólico, pois “longe de se opor ao modelo

1984). Hoje, porém, há a tentativa desses assentados em permanecer na terra e dela conseguir seu sustento.

Quanto ao desconhecimento de grande parte da população residente no assentamento em relação ao “desenvolvimento sustentável” ou de maneira geral à lógica de produção e regras do PDS (como a possibilidade de multas no IBAMA em caso de infrações ambientais), outras problemáticas foram por nós constatadas e também relatadas pelo secretário do meio ambiente (SEMA) do município de Anapu, Marcos Vale:

Então aqui em Anapu tem muitos lotes que foram embargados pelo IBAMA por um desmatamento na área de APP [Área de Proteção Permanente]¹⁴, mas se você for olhar o relevo do lote tudo ali é APP, não tem onde o cara produzir [...]. O PDS é um programa para que as pessoas vivam de maneira ecológica correta. Só que *pra se viver hoje em dia ecologicamente correto é preciso que tenha um grande conhecimento, e esse conhecimento não foi dado* [...]. O outro problema, dificuldade do PDS, é justamente nas áreas ao redor do PDS que o povo vende madeira, o povo cria gado, o povo faz tanque de peixe e aqui o cara não pode fazer (Marcos Vale, entrevista realizada em julho de 2013. Grifos nossos).

Há assim uma contradição e dificuldade no que diz respeito à situação ecológica no assentamento abordado, pois, ainda que o PDS objetive o uso sustentável dos recursos naturais e da agricultura, para se alcançar tal sustentabilidade é “preciso que tenha um grande conhecimento, e esse conhecimento não foi dado”. Além das influências anteriormente citadas (como ser natural da região ou não, e pertencer a um grupo específico dentro do assentamento), o desconhecimento dessas práticas agroecológicas junto à proximidade a diferentes modos de uso da terra, como o Projeto de Assentamento (PA) Pilão Poente¹⁵, interfere nas territorialidades dos vários moradores do PDS.

Isto é dizer que dentro do mesmo assentamento há influências múltiplas para a conformação da maneira que estes sujeitos se territorializam, ou seja, como constroem seus territórios, segundo lógicas e valores distintos, desde práticas simbólicas: como a vinculação à igreja, a algum sindicato ou partido político, moldando seus ideais de apropriação da natureza; ou mesmo no seu caráter funcional: a necessidade financeira, a importância de

de família camponesa, ele pode ser acionado para evitar a ruptura desse modelo, no que se refere à complementaridade entre trabalho e ajuda (marido-mulher e à posição do pai na hierarquia familiar)” (1990, p. 26).

¹⁴ Área de Proteção Permanente: “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012, p. 1).

¹⁵ Quanto à proximidade ao PA, muitos entrevistados do PDS Esperança nos relataram que essa modalidade de assentamento era melhor, uma vez que as obrigações de cunho ambiental eram menos rígidas em comparação ao local em que residem. Logo, relatavam que seus conhecidos, que moram no Projeto de Assentamento vizinho, não apresentam as mesmas dificuldades para estabelecerem suas atividades.

produzir alimentos e garantir o sustento da família, são exemplos disto. Essa separação entre simbólico, econômico e político é antes de tudo um recurso intelectual-analítico utilizado na abordagem integradora aqui proposta (HAESBAERT, 2012), visto que, essas dimensões de construção do território se mesclam constantemente nas ações dos sujeitos.

O próprio conceito há tempos esteve atrelado à concepção de soberania, como controle político e de jurisdição de determinado espaço limitado por fronteiras por um Estado-nação (GOTTMANN, 2012). Atualmente, diversos são os programas do governo nacional que utilizam essa denominação para a prática do chamado “ordenamento territorial” brasileiro, como, por exemplo, os nomeados *Territórios da cidadania*¹⁶. Para Haesbaert (2012), porém:

[...] A implementação das chamadas política de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-distributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (p. 76).

Dessa forma, o “ordenamento” e a gestão do território, onde também se insere a questão ambiental, alimenta o debate sobre a necessidade de entender o território em uma abordagem integradora, visto muitas vezes, essas políticas estatais (de caráter de *dominação*, ou seja, sobretudo político-econômicas) serem efetuadas de maneira vertical, de cima pra baixo, desconsiderando o território vivido e cotidianamente *apropriado* (predominantemente de caráter político-cultural) pelos sujeitos neles residentes; tal como, a importância de considerar a multiescalaridade nas relações de territorialização de projetos estatais e sua imediata consequência às populações locais (HAESBAERT, 2012).

Baseados em Bourdieu (1989), diríamos que a lógica de fronteira agrícola imposta à Amazônia e a conseqüente migração de camponeses para ocuparem/desmatarem lotes de terras para legitimarem suas posses desde os anos (19)70, tornaram-se estruturas incorporadas e hoje persistem como estruturantes do *habitus* dos mesmos. Dito de outro modo, as regras de apropriação da natureza – hoje norteadas pela “fronteira do desenvolvimento sustentável” – modificaram-se de maneira mais veloz do que a forma que a maioria destes assentados e seus pais foram direcionados e acostumados a praticá-la. Por isso a dificuldade em deixar de exercê-la.

¹⁶ Para mais informações consultar o site: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>.

Resultante da dialética *habitat-habitus*, é no espaço geográfico que as ações históricas encontram-se nos seus dois estados: o objetivado e o incorporado¹⁷ (PORTO-GONÇALVES, 1999). O entendimento da relação dos homens com a natureza no espaço, portanto, não se realiza sem considerarmos as relações instituídas entre os próprios homens (MOREIRA, 2013), seus desejos, necessidades e motivações gerais, tornando-se relevante ressaltar que a prática agroextrativista hoje almejada pelo projeto oficial do PDS não ocorrerá sem levar em consideração as diferenças citadas quanto aos aspectos (culturais, políticos, econômicos) acionados pelos grupos, visto o distanciamento entre as normas oficiais do assentamento e as diversas origens e lógicas (micro)territoriais nele inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se demonstrar as múltiplas formas de apropriação e dominação que um mesmo território pode possuir, e como este recebe influência a partir de escalas diversas por ser um projeto sob jurisdição federal. Tal como, explanar a influência que as dimensões culturais, econômicas e políticas exercidas e impostas aos sujeitos que vivem esse espaço podem tornar a compreensão da atual conjuntura agrário-amazônica totalmente complexa, pois, aos antigos problemas (como pressões de latifundiários e madeireiros) somam-se as disputas internas entre os próprios camponeses.

A crescente junção entre as problemáticas ambientais e agrárias perpassam os atuais conflitos no rural brasileiro, sendo, contudo, a Amazônia um lócus privilegiado para se compreender tais situações. Reconhecemos a importância que políticas oficiais têm para a diminuição do desmatamento na região. Todavia, se as mesmas tomarem seus “territórios” de atuação de forma homogênea sem considerar os conflitos e relações de poder internos (HESPANHOL, 2010), ao invés do tão almejado desenvolvimento, o que pode materializar-se nestes projetos deve estar ligado muito mais a um “des-envolvimento” dos sujeitos que de fato vivem e se apropriam destes espaços como o PDS Esperança.

¹⁷ “[...] toda ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objectivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. [...] Esta actualização da história é consequência do *habitus*, produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico. A história no sentido de *res gestae* constitui a história feita coisa a qual é levada, ‘actuada’, *reactivada* pela história feita corpo e que não só actua como traz de volta aquilo que a leva [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 83-84. Grifos do autor).

Por fim, se a cultura e a forma de apropriação de natureza destes grupos vêm tendo que se modificar de maneira discrepante nos últimos anos de acordo com as lógicas de fronteira, torna-se papel do Estado reconhecer que a incorporação da sua lógica oficial do que seja natureza não se estabelecerá facilmente. Daí a necessidade de conhecer e trabalhar de maneira mais efetiva políticas que auxiliem os camponeses à condição agroextrativista, assim como, considerar suas (micro)territorialidades. Sem alternativas ao modelo imperativo do “degradou, pagou”, dificilmente haverá mudanças concretas para os assentados em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha k. *Amazônia*. 2º edição – São Paulo: Ática, 1991.
- _____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. *Novo Código Florestal*, Lei Nº 12.651, De 25 de Maio de 2012. Disponível em: <<<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/EMATER/DOC/DOC000000000001052.PDF>>> Acessado em: 17/05/2015.
- BRINGEL, Fabiano O.; GONÇALVES, Cláudio U. Territorialização camponesa e fronteira Agrária – O caso do Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Esperança em Anapu – Pará – Brasil. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 41, n.2, p. 384-403, 2004.
- CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* v. 2, n.1 – dezembro, 1999.
- EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFGPA, 1987.
- FATHEUER, Thomas. *Nova Economia da Natureza: Uma introdução crítica*. Publicação Da Série Ecologia - Volume 35. [s.l.]: Fundação Heinroch Boll, 2014.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.
- GUERRA, Gutemberg A. D. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- HAESBAERT, Rogério da C. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. – 7º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa E. Colonização e fronteira – Articulação no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* – Belém: EDUFPA, 2004[a]. p. 75-88.
- _____; _____. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* – Belém: EDUFPA, 2004[b]. p. 107-152.
- HESPANHOL, Rosângela A. de M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.5, n.10, p. 123-147, ago., 2010.

- INCRA. *Portaria INCRA/P/Nº 477*, 04 de Novembro de 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-1999/portaria_incra_p477_041199.pdf>> Acessado em: 15/05/15.
- INCRA. *Instrução Normativa/INCRA/Nº65*, de 27 de Dezembro de 2010. Disponível em: <<<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/262-instrucao-normativa-n-65-31122010>>> Acessado em: 16/05/15.
- LOCATEL, Celso Donizete. Fronteira: natureza e cultura. *Revista Formação (online)*, v. 2, n. 13, p. 163-172, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do Humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- NAHUM, João S. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. *Revista Bibliográfica De Geografía Y Ciencias Sociales - Universidad de Barcelona*, v. 17, n. 985, p. 1-14, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 4º ed. São Paulo: Ática, 1995.
- POLONY, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A territorialidade seringueira: Geografia e movimento social. *GEOgraphia*, Ano 1, n. 2, p. 67-88, 1999.
- _____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. *Revista GEOgraphia*, v.8, n. 16, p. 37-52, 2006.
- _____. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 15 ed. – São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Amazônia, Amazônias*. 3º. ed. – São Paulo: Contexto, 2012.
- SANTOS, José V. T. *Colonos do vinho*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4º ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia” - o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.